



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2015.

1) A COMPANHIA

A PCTE é uma Companhia privada de capital fechado, que foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	308
Tensão em kV:	500/440
Subestações:	1

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita:

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$36.000.843 para o período de julho de 2015 a junho de 2016 e de R\$33.188.776, para o período de julho de 2014 a junho de 2015.

3.2) Desempenho econômico-financeiro:

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2015 e 2014 são:

	2015	2014
• Liquidez geral	1,37	1,92
• Liquidez corrente	1,75	2,46
• Relação patrimônio líquido/ativo	27,10%	47,84%
• Relação passivo não circulante/ativo	65,19%	46,77%
• Relação lucro operacional/patr. líquido	15,35%	5,53%

Ativos totais - R\$: 371.331.752 384.498.151

No exercício de 2015 houve o registro elevado de despesas financeiras devido ao aumento da taxa do dólar, que em 31 de dezembro de 2015, estava cotada em USD 3,9048 por real comparado a taxa de USD 2,6562 em 31 de dezembro de 2014. Os empréstimos da Companhia foram contratados em dólar, assim, com a valorização da moeda americana houve o aumento do endividamento e consequentemente a Companhia registrou prejuízo basicamente em função da valorização do dólar.

A Administração faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que estes empréstimos estão contratados com empresa do grupo State Grid, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.453.394	11.881.362	Fornecedores - terceiros		517.905	1.051.079
Concessionárias e permissionárias	6	4.500.314	4.064.139	Fornecedores - partes relacionadas	20	10.586	9.552
Estoques		3.903.540	2.993.090	Empréstimos - partes relacionadas	9	25.100.021	17.111.621
Adiantamento a fornecedores		218.256	259.378	Impostos e contribuições sociais		639.047	640.408
Impostos a recuperar	7	4.953.239	3.680.434	Taxas regulamentares	10	1.426.884	894.631
Ativo financeiro amortizável	8	31.694.764	27.932.958	Outros passivos circulantes		899.517	1.003.678
Outros ativos circulantes		230.507	160.886			28.593.960	20.710.969
		49.954.014	50.972.247	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos - partes relacionadas	9	214.256.410	163.087.472
Ativo financeiro amortizável	8	314.293.486	317.252.899	Outras provisões - compensação ambiental		2.006.053	1.770.790
Impostos a recuperar	7	-	2.779.400	Provisão contingências	11	68.054	411.293
Outros ativos não circulantes		108.589	411.293	Impostos diferidos	12	22.320.433	11.823.610
Imobilizado		907.939	908.078	Outros passivos não circulantes		3.438.115	2.740.906
Intangível		6.067.724	12.174.234			242.089.065	179.834.071
		321.377.738	333.525.904	Patrimônio líquido			
				Capital social		208.350.900	208.350.900
				Prejuízo acumulado		(107.702.173)	(24.397.789)
Total do ativo		371.331.752	384.498.151	Total do passivo e do patrimônio líquido	13	100.648.727	183.953.111
						371.331.752	384.498.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	14	33.742.139	32.384.511
Custo da operação	15	(13.121.270)	(5.987.141)
Lucro bruto		20.620.869	26.397.370
Despesas gerais e administrativas	16	(5.095.303)	(16.226.841)
Outras (despesas) /receitas operacionais		(74.072)	-
Lucro antes das receitas financeiras		15.451.494	10.170.529
Resultado financeiro	17	(88.259.055)	(27.694.585)
Receita financeira		29.822.040	26.180.484
Despesa financeira		(118.081.095)	(53.875.069)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(72.807.561)	(17.524.056)
Imposto de renda e contribuição social	19	(10.496.823)	(3.267.491)
Prejuízo do exercício		(83.304.384)	(20.791.547)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

		2015	2014
Prejuízo do exercício		(83.304.384)	(20.791.547)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultados abrangentes		(83.304.384)	(20.791.547)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Capital social	Ajuste de Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	208.350.900	(1.262.000)	(2.344.242)	204.744.658
Prejuízo do exercício	-	-	(20.791.547)	(20.791.547)
Reversão do saldo de ajuste de avaliação patrimonial	-	1.262.000	(1.262.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	208.350.900	-	(24.397.789)	183.953.111
Prejuízo do exercício	-	-	(83.304.384)	(83.304.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	208.350.900	-	(107.702.173)	100.648.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007. No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km. (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 23.430.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original. Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$ 33.188.776 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$ 36.000.843 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 15) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 14). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$ 184.722. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando: se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na

realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo financeiro amortizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto,

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
Atividades operacionais:		
Prejuízo antes dos impostos	(72.807.561)	(17.524.056)
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	89.204.215	31.057.860
Depreciação e amortização	4.837	58.897
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(415.553)	426.206
Provisão para contingências	(343.239)	(6.580.877)
Provisão para compensação ambiental	235.263	16.838
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(20.621)	(501.633)
Ativo financeiro amortizável	(802.394)	(288.595)
Estoques	(910.450)	(758.686)
Impostos a recuperar	1.506.595	10.696.517
Adiantamentos a fornecedores	37.446	(162.993)
Outros ativos	236.761	4.884.400
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(543.231)	(195.464)
Tributos e contribuições sociais	974.122	3.267.491
Impostos pagos	(894.141)	(5.029.444)
Juros pagos	(7.658.857)	(5.759.904)
Taxas regulamentares	532.253	239.820
Outros passivos	522.798	2.242.214
Fluxo de caixa gerado pelas nas atividades operacionais	8.858.243	16.088.591
Baixa de imobilizado e intangível	6.101.811	(338.761)
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	6.101.811	(338.761)
Empréstimos captados	-	193.625.412
Empréstimos pagos	(22.388.022)	(219.776.106)
Fluxo de caixa consumido pelas nas atividades de financiamento	(22.388.022)	(26.150.694)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(7.427.968)	(10.400.864)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.881.362	22.282.226
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.453.394	11.881.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.14. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável. O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repassar"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nas correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Sociedade. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Bancos	339.547	273.886
Aplicações financeiras	4.113.847	11.607.476
	4.453.394	11.881.362

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2015	2014
A vencer	3.929.601	3.943.099
Vencidas até 30 dias	11.991	18.308
Vencidas até 60 dias	15.981	17.689
Vencidas até 90 dias	28.641	15.644
Vencidas há mais de 90 dias	566.017	536.869
	4.552.231	4.531.609
(-)	(51.917)	(467.470)
	4.500.314	4.064.139

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	(467.470)	(41.264)
Reversão	415.553	-
Adições	-	(426.206)
Saldo em 31 de dezembro	(51.917)	(467.470)



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
Circulante		
PIS	2.653	6.393
COFINS	8.769	26.032
IR	3.396.414	2.464.124
CSLL	1.543.554	1.156.274
Outros	1.849	27.611
	4.953.239	3.680.434
Não circulante		
PIS (nota explicativa 16)	-	495.716
COFINS (nota explicativa 16)	-	2.283.684
	-	2.779.400

8. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

	2015	2014
Circulante	31.694.764	27.932.958
Não circulante	314.293.486	317.252.899
	345.988.250	345.185.857

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tidor	Encargos	2015	2014
State Grid						
International Development Limited						
(SGID) (i)	12/2013	09/2025	N/A	Libor + 2,85% a.a.	239.356.431	180.199.093
					239.356.431	180.199.093
Circulante					25.100.021	17.111.621
Não circulan-te					214.256.410	163.087.472
					239.356.431	180.199.093

(i) A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico. (ii) No exercício de 2015 houve aumento do saldo em função basicamente do aumento da taxa do dólar em 31 de dezembro de 2015, cotada em USD 3,9048 por real comparado em taxa e USD 2,6562 em 31 de dezembro de 2014. Na nota explicativa 19 apresentamos os montantes referentes a perda de variação cambial.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	Amortização
2016	25.100.021
2017	24.881.390
2018	24.881.390
2019	24.881.390
2020 - 2025	139.612.240
	239.356.431

10. TAXAS REGULAMENTARES

	2015	2014
Reserva global de reversão (RGR) (i)	98.007	(281.004)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	298.578	348.713
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	1.030.299	826.922
	1.426.884	894.631

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantêm a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela ANEEL. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custo de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2015	2014
Trabalhista	68.054	411.293
	68.054	411.293

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2015	2014
Trabalhista	-	69.153
Fiscal	912.554	20.981
Cível	20.251	20.251
	932.805	110.385

12. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2015	2014
Impostos diferidos passivos (i)	22.320.433	11.823.610
	22.320.433	11.823.610

(i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$208.350.900 dividido em 208.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2015 e 2014
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.

	2015	2014
Receita operacional bruta	38.995.788	37.233.008
Receita de operação e manutenção	12.777.119	10.960.959
Remuneração dos ativos financeiros	26.218.669	26.226.049
Outras	-	46.000
Deduções da receita operacional	(5.253.649)	(4.848.497)
PIS	(630.191)	(609.583)
COFINS	(2.902.698)	(2.807.775)
RGR	(1.306.602)	(923.610)
P&D	(332.207)	(322.807)
TFSEE	(81.951)	(184.722)
	33.742.139	32.384.511

15. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2015	2014
Pessoal	(4.654.657)	(3.903.678)
Material (i)	(659.122)	419.372
Serviços de terceiros	(802.504)	(1.565.515)
Arrendamentos e aluguéis	(19.252)	(855)
Seguros	(96.522)	(101.948)
Tributos	(5.908)	(34.413)
Custo de operação e manutenção	(5.391.700)	(322.194)
Comunicação e telecomunicação	(506.328)	(343.122)
Outros	(985.277)	(134.788)
	(13.121.270)	(5.987.141)

(i) A Administração registrou R\$ 644.971 de ganho de inventário físico em 2014, o que fez o saldo da conta ficar positivo.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Pessoal	(1.316.227)	(896.904)
Administradores	(1.824.847)	(1.784.013)
Material	(40.263)	(9.512)
Serviços de terceiros	(587.401)	(377.787)
Arrendamentos e aluguéis	(89.395)	(165.818)
Provisão	(120.878)	(1.292.884)
(-) Recuperação de despesas	722.080	-
Tributos (i)	(1.822.150)	(11.641.026)
Depreciação e amortização	(5.485)	(88.897)
Outras	(10.737)	-
	(5.095.303)	(16.226.841)

(i) A Administração da Companhia aprovou a baixa de R\$ 11.117.600 no exercício de 2014 e R\$ 1.656.204 no exercício de 2015 referente a PIS/COFINS visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receita financeira	29.822.040	26.180.484
Receitas de aplicações financeiras	1.796.000	3.051.161
Variações cambiais ativas (nota explicativa 9)	27.941.970	22.714.748
Outras receitas financeiras	84.071	414.575
Despesa financeira	(118.081.095)	(53.875.069)
Variações cambiais passivas (nota explicativa 9)	(109.964.890)	(48.205.969)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas (nota explicativa 9)	(7.181.300)	(845.865)
Juros sobre empréstimos	-	(4.703.936)
Outras despesas financeiras	(934.905)	(119.299)
	(88.259.055)	(27.694.585)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração dessas instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.453.394	11.881.362
Ativo financeiro amortizável	8	345.988.250	345.185.857
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Adiantamentos a fornecedores		218.256	259.378
Concessionárias e permissionárias	6	4.500.314	4.064.139
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Empréstimos - partes relacionadas	11	239.356.431	180.199.093
Fornecedores - terceiros		517.905	1.051.079
Fornecedores - partes relacionadas	21	10.586	9.552

18.2. Gestão de risco: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de demais respeculativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **a) Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **b) Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2015. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2015	-5%	5%
Empréstimos	239.356.431	(11.967.822)	11.967.822

c) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **d) Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19. CONCILIAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(72.807.561)	(17.524.056)
Alíquota nominal	24.754.571	5.958.179
Adições e exclusões não dedutíveis	(818.989)	1.757.509
Variação Cambial	(23.396.157)	-
Juros indedutíveis	(1.910.729)	-
Outros	(9.125.518)	(10.983.179)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(10.496.822)	(3.267.491)

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

20.1. Passivo

	2015	2014
Fornecedores (i)	10.586	9.552
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	25.100.021	17.111.621

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

20.2. Resultado

	2015	2014
Despesa de aluguel (ii)	58.395	36.620
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	7.181.300	845.865

(ii) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

21. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar e monitorar sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2015	2014
Responsabilidade civil	Risco civil	265.842	283.020
Seguro patrimonial	Risco operacional	148.310.000	148.310.000
Veículos	Carros	66.036	64.068
		148.641.878	148.657.088

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente

Murilo Magalhães Nogueira - Diretor

Aldeia Giorgia Werneck - Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.**, Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.